

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO.....	XIX
PREFÁCIO.....	XXIII
INTRODUÇÃO.....	XXVII

CAPÍTULO I A TEORIA DOS ATOS DE FALA

1. Ontologia e Epistemologia – realidade e conhecimento.....	1
1.1. O conhecimento como processo comunicacional.....	3
1.2. A linguagem como meio.....	10
1.3. Ontologia objetiva, Ontologia subjetiva, Epistemologia objetiva e Epistemologia subjetiva.....	16
1.4. Teoria dos Sistemas.....	20
1.4.1. Sistemas simples e sistemas complexos.....	20
1.4.2. Sistemas e processo de conhecimento.....	22
1.5. A Teoria dos Atos da Fala.....	30
1.5.1. Introdução.....	30
1.5.2. Intencionalidade.....	31
1.5.2.1. Intencionalidade coletiva.....	32
1.5.2.2. O papel das instituições e das organizações....	34
1.5.2.3. <i>Background</i>	36
1.5.3. A construção parcialmente social da realidade.....	38
1.5.4. A estrutura lógica da realidade social.....	41
1.5.5. Atos ilocucionários.....	46
1.5.6. Força ilocucionária.....	47
1.5.7. Tipos de atos de fala e propósitos ilocucionários.....	48
1.5.8. Grau de intensidade da finalidade ilocucionária.....	51
1.5.9. Condições de satisfação.....	51
1.5.10. Condições do conteúdo proposicional.....	52
1.5.11. Condições preparatórias.....	53
1.5.12. Condições de sinceridade.....	55
1.5.13. Grau de intensidade das condições de since- ridade.....	56
1.5.14. Direção de ajuste.....	56
1.5.15. Atos ilocucionários bem-sucedidos e não-defi- cientes.....	58
1.5.16. Atos perlocucionários.....	59
1.5.17. Macro-atos de fala e contexto comunicacional.....	61
1.6. O direito como atos de fala.....	64

CAPÍTULO II
TEORIA GERAL DAS FICÇÕES, DA VERDADE E DOS FATOS

2. Teoria Geral das Ficções.....	67
2.1. Que são ficções?.....	67
2.2. Mitos e ficções.....	69
2.3. Ficções e analogias.....	71
2.4. Ficções e metáforas.....	74
2.5. Ficções heurísticas ou científicas.....	78
2.6. Ficções e hipóteses.....	82
2.7. Ficções artísticas.....	84
2.8. Ficções como atos de fala.....	87
2.9. Os atos ilocucionários ficcionais.....	88
2.10. É a Ciência do Direito uma ficção?.....	89
2.11. Diferença entre ficção e discurso ficcional.....	92
2.12. Realismo e verdade.....	93
2.13. A questão da verdade.....	94
2.13.1. Teorias da verdade.....	94
2.13.1.1. Verdade pragmática.....	94
2.13.1.2. Verdade consensual.....	97
2.13.1.3. Verdade por coerência.....	100
2.13.1.4. Verdade como redundância.....	101
2.13.1.5. Verdade por correspondência.....	102
2.13.1.6. Nossa posição.....	104
2.13.1.7. É a verdade objetiva um mito? A frequente confusão entre verdade objetiva e verdade absoluta.....	113
2.13.1.8. Fatos e verdade por correspondência.....	115
2.14. Imposturas intelectuais – crítica ao pós-modernismo.....	124
2.14.1. Introdução.....	124
2.14.2. O ceticismo epistêmico.....	128
2.14.3. A auto-refutação do pós-modernismo.....	132
2.14.4. Do relativismo ao niilismo axiológico.....	135
2.14.5. Conseqüências éticas e político-filosóficas do pós-modernismo.....	138
2.14.6. Pós-modernismo no Direito.....	141
2.14.6.1. Crítica às teorias críticas do Direito.....	143

CAPÍTULO III
SISTEMA JURÍDICO E TEORIA DOS ATOS DE FALA

3. O sistema jurídico.....	153
3.1. Ontologia e Epistemologia do direito.....	153
3.1.1. Juspositivismo e Jurnaturalismo.....	154
3.2. Teoria do Sistema Jurídico – o direito como um pro-	

cesso comunicacional	157
3.2.1. Valores morais e valores jurídicos	158
3.3. A autogeração do sistema jurídico	159
3.4. Os elementos do sistema jurídico como atos de fala	160
3.4.1. Normas, princípios e regras	160
3.4.2. Definição de norma	162
3.4.3. Diferenças entre princípios e regras	163
3.4.3.1. Destinatários e direção de ajuste.....	163
3.4.3.2. Força e propósitos ilocucionários	165
3.4.3.3. Diferença quanto ao conteúdo proposi- cional	166
3.4.4. As regras jurídicas.....	167
3.4.4.1. Metaregras e regras de comportamento.	168
3.4.4.2. Regras gerais e abstratas, individuais e concretas	169
3.4.4.3. O triplo propósito ilocucionário das re- gras concretas	172
3.4.4.4. Pode haver conflito entre princípios e regras?.....	174
3.5. Taxinomia das normas jurídicas.....	175
3.6. Validade da norma jurídica.....	176
3.6.1. Validade sintática.....	177
3.6.2. Validade semântica	178
3.6.3. Validade pragmática.....	180
3.7. Eficácia da norma jurídica	182
3.7.1. Eficácia jurídica	184
3.7.2. Eficácia social.....	185

CAPÍTULO IV

FICÇÕES JURÍDICAS E SISTEMA TRIBUTÁRIO

4. Direito e realidade	189
4.1. Abertura e fechamento cognitivo dos antecedentes normativos	190
4.2. O direito e a verdade	193
4.2.1. Verdade real e verdade formal.....	195
4.2.2. Breves considerações sobre a prova.....	199
4.2.3. Epistemologia “do” Direito e Epistemologia “no” direito	203
4.2.4. Prova, erro de fato e ação rescisória.....	204
4.3. As presunções no direito.....	207
4.3.1. Introdução.....	207
4.3.2. Conceito de presunção jurídica.....	209
4.3.3. As espécies de presunção	211
4.3.3.1. Presunções <i>hominis</i>	211
4.3.3.2. Presunções legais.....	212

4.3.3.3. Presunção absoluta ou <i>jure et jure</i>	213
4.3.3.4. Presunção relativa ou <i>juris tantum</i>	214
4.4. As ficções jurídicas	214
4.4.1. Introdução histórica.....	214
4.4.1.1. O período iluminista – Jeremy Bentham e as ficções	218
4.4.2. Definição de ficção jurídica.....	221
4.4.3. Ficções e equidade	224
4.4.4. Lacunas e integração do sistema jurídico – um caso de ficção?.....	226
4.4.4.1. Introdução	226
4.4.4.2. Princípios versus regras: o caso Riggs vs. Palmer	228
4.4.4.3. As cláusulas abertas do direito privado.....	234
4.4.4.4. Integração sistêmica.....	236
4.4.5. São as ficções “verdades jurídicas”?	239
4.4.6. Ficções de primeiro grau – desconsideração da realidade objetiva.....	242
4.4.7. Ficções de segundo grau – desconsideração da realidade institucional	244
4.4.8. Ficções de terceiro grau – desconsideração da realidade jurídica.....	245
4.4.9. É a pessoa jurídica uma ficção?	248
4.4.10. As ficções jurídicas no direito tributário	250
4.4.10.1. As ficções jurídicas tributárias frente aos princípios constitucionais	250
4.4.10.1.1. Princípio da Segurança Jurídica	251
4.4.10.1.1.1. Ficções jurídicas e segurança jurídica.....	253
4.4.10.1.2. Princípio do devido processo legal	255
4.4.10.1.2.1. Ficções e devido processo legal.....	256
4.4.10.1.3. Princípio da Capacidade Contri- butiva	257
4.4.10.1.3.1. Capacidade econômica e ca- pacidade contributiva	257
4.4.10.1.3.2. Direito Tributário e mercado: acoplamento estrutural e aná- lise econômica.....	261
4.4.10.1.3.3. Ficções e capacidade econô- mica.....	263
4.4.10.1.4. Princípio federativo	264
4.4.10.1.5. Legalidade tributária.....	265
4.4.10.1.5.1. Ficções e legalidade tributária.....	266
4.4.10.1.6. Tipicidade cerrada	267

4.4.10.1.6.1. É a tipicidade cerrada uma limitação de origem exclusivamente constitucional?	268
4.4.10.1.6.2. Ficções e tipicidade cerrada	274
4.4.10.1.6.3. O artigo 108 do Código Tributário Nacional e o argumento por analogia	274
4.4.11. O artigo 110 do CTN – metaregra antificção	276
4.4.12. As ficções na regra-matriz de incidência tributária	278
4.4.12.1. Ficção no critério material	278
4.4.12.1.1. O ICMS e os serviços de bares e restaurantes	279
4.4.12.1.2. O IPI e a industrialização sob encomenda	280
4.4.12.1.3. O ISS e a lista de serviços	281
4.4.12.2. Ficção no critério temporal	281
4.4.12.3. Ficção no critério espacial	283
4.4.12.4. Ficção no critério pessoal	284
4.4.12.5. Ficção no critério quantitativo	285
4.4.12.5.1. Base de cálculo	285
4.4.12.5.2. Alíquota	287
4.4.13. A ficção na regra individual e concreta administrativa – desconsideração da personalidade jurídica	290
4.4.14. Diferença entre ficções e presunções absolutas	292
4.4.14.1. O artigo 3º da Lei de Introdução ao Código Civil	295
4.4.14.2. A pauta fiscal	296
4.4.14.3. A tributação de coligadas e controladas no exterior	296
4.4.14.4. A substituição tributária “para frente”	298
4.4.15. Ficção, simulação e dissimulação.	300
CONCLUSÕES	303
BIBLIOGRAFIA	313